

Universidade de São Paulo  
Escola de Comunicações e Artes  
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação

**Marcelo Augusto Valentin Pepice**

**Disputa pela Ancine: censura e o governo Bolsonaro para o  
audiovisual**

São Paulo

2023

Universidade de São Paulo  
Escola de Comunicações e Artes  
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação

**Marcelo Augusto Valentin Pepice**

**Disputa pela Ancine: censura e o governo Bolsonaro para o  
audiovisual**

**Marcelo Augusto Valentin Pepice**

Projeto para o Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título de Especialista  
em Gestão de Projetos Culturais e Eventos.

**Orientador: Prof. Dr. Danilo Oliveira**

São Paulo

2023

# Disputa pela Ancine: censura e o governo Bolsonaro para o audiovisual

Marcelo Augusto Valentin Pepice

1

**Resumo do tema:** O artigo propõe fazer uma análise acerca das políticas públicas implementadas durante o governo Bolsonaro, entre 2019 e 2022, para o setor do audiovisual, e como estas medidas contribuíram para um processo de censura institucionalizada na Ancine (Agência Nacional de Cinema), o principal órgão de regulação do setor no país. A pesquisa se propõe a decorrer por meio de dados quantitativos e qualitativos e uma entrevista semiestruturada com o presidente da Associação dos Servidores da Ancine, as consequências de políticas adotadas pelo governo e como novos elementos de censura foram articulados ao longo dos últimos quatro anos, por meio do setor audiovisual.

**Palavras-chave:** políticas públicas; setor audiovisual; Ancine; censura; censura institucionalizada.

**Abstract:** This article proposes to analyze the public policies implemented during the Bolsonaro government, between 2019 and 2022, for the audiovisual sector, and how these measures contributed to a process of institutionalized censorship at Ancine (Agência Nacional de Cinema), the main regulatory body for the sector in the country. The research proposes to take place through quantitative and qualitative data and semi-structured interview with the president of the Association of Civil Servants of Ancine, the consequences of policies adopted by the government and how new elements of censorship were articulated over the last four years, through the audiovisual sector.

**Keywords:** public policies; audiovisual sector; ideological war; ancine; institutionalized censorship.

**Resumen:** Este artículo se propone analizar las políticas públicas implementadas durante el gobierno de Bolsonaro, entre 2019 y 2022, para el sector audiovisual, y cómo estas medidas contribuyeron a un proceso de censura institucionalizada en la Ancine (Agência Nacional de Cinema), principal ente regulador de la sector en el país. La investigación se propone realizar a través de datos cuantitativos y cualitativos y una entrevista semi estructurada con el presidente de la Asociación de Funcionarios Públicos de Ancine, las consecuencias de las políticas adoptadas por el gobierno y cómo se articularon nuevos elementos de censura en los últimos cuatro años, a través del audiovisual. sector.

**Palabras clave:** políticas públicas; sector audiovisual; ancine; censura;

---

<sup>1</sup> Pós-graduando em Gestão de Projetos Culturais.

## INTRODUÇÃO

*"Vai ter um filtro sim. Já que é um órgão federal, se não puder ter filtro nós extinguiremos a Ancine. Privatizaremos, passaremos ou extinguiremos"*<sup>2</sup> (G1, 2019). As falas do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, servem como ilustração inicial do que viria a ser o debate público, promovido pelo seu governo, em relação às políticas públicas voltadas para o setor audiovisual. A Ancine é a agência reguladora responsável por fomentar, regular e fiscalizar o mercado e a atividade do cinema e do audiovisual no Brasil, e desde o início do antigo governo, o seu papel foi colocado em disputa do ponto de vista estratégico, dentro do contexto da economia nacional. O principal ponto de observação que o presente artigo buscará refletir é o fortalecimento da censura através da agência e por meio das políticas que foram implementadas.

A discussão presente neste artigo busca analisar e fundamentar, a partir de dados quantitativos, fornecidos pela Ancine em seu site oficial, assim como em estudos de análise de mercado produzidos pelo Observatório do Cinema e Audiovisual do Órgão (OCA), quais foram as ações do governo federal para dificultar a atuação da Ancine com o seu devido papel de estímulo à produção cultural brasileira. Esses apontamentos também se sustentam com base em um relatório de membros da Associação dos Servidores Públicos da Ancine, que denunciaram os retrocessos sistemáticos feitos à agência e, conseqüentemente, ao setor audiovisual nacional, entre os anos de 2019 e 2022.

Os dados deste relatório foram disponibilizados com a autorização do Luiz Henrique Silva Souza, Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual e Presidente da Associação dos Servidores Públicos da Ancine, um dos principais personagens no enfrentamento ao antigo governo em relação às políticas da Ancine, que também concedeu uma entrevista com dados qualitativos para essa pesquisa.

Também foram coletadas informações e depoimentos publicados em veículos jornalísticos, principalmente de veículos de imprensa ligados à área da cultura, como mais

---

2

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/se-nao-puder-ter-filtro-nos-extinguiremos-a-ancine-diz-bolsonaro.ghtml>

uma forma de sustentar os argumentos de que a Ancine vinha sendo diretamente afetada pela política cultural do governo em exercício.

Na contramão da proposta de sua criação, que foi orientada por alguns vetores básicos como a necessidade de expansão do mercado e do acesso amplo dos brasileiros aos serviços audiovisuais, o desenvolvimento de uma política multifocal capaz de incorporar todos os segmentos e todas as atividades da cadeia, a atenção constante às transformações sociais que se operam no Brasil e no mundo, o esforço de inclusão de todo o território brasileiro, a necessidade de inserção internacional, e o constante fortalecimento do setor audiovisual por meio da democratização da produção e dos meios de circulação<sup>3</sup>, o governo Bolsonaro atuou para que a Ancine fosse utilizada como uma arma ideológica de Estado, como disse o ex-secretário especial de cultura, Henrique Pires, ao afirmar que não concordava com a colocação de filtros em qualquer tipo de atividade cultural<sup>4</sup>.

De maneira a observar a forma discursiva e material dessa relação de poder e disputa que se estabeleceu por meio da Ancine, é notório que novos modelos de censura foram se consolidando por parte do governo, ainda que por meios considerados institucionais, conferindo uma contradição a respeito da atuação do Estado em seu papel como provedor de políticas de fomento à cultura. De acordo com o Mapa da Censura organizado pela Mobile (Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística) entre 2019 e 2022, ocorreram 263 casos de censura por parte do Governo Federal<sup>5</sup>

O debate se estende, portanto, a uma lógica de controle estatal contra um setor fundamental para a promoção de ideias e valores de uma nação, o cinema. O efeito em cascata acaba gerando uma série de desregulações que vão desde o impedimento de obras que deveriam ser produzidas, burocratização do processo de prestação de contas, dificuldade de acessar recursos públicos para financiamento, vacância em cargos estratégicos da agência, até a não exibição de filmes premiados como *Marighella* em salas de cinema pelo país.

Visto que todas essas ações feitas pelo governo Bolsonaro geraram uma série de incertezas quanto ao condicionamento do papel da Ancine no âmbito público cultural, torna-se evidente que a sua reestruturação é um tema central para ser retomado nos próximos

---

<sup>3</sup><https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/livros/ancine-15-anos-web-final-em-baixa2.pdf>

<sup>4</sup><https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/secretario-de-cultura-deixa-cargo-apos-governo-bolsonaro-suspender-edital-com-series-de-temas-lgbt.ghtml>

<sup>5</sup> [https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura/?\\_sft\\_ano=2019,2020,2021,2022](https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura/?_sft_ano=2019,2020,2021,2022)

anos. A gestão de Jair Bolsonaro aprofundou incisivamente um desmonte para o audiovisual, colecionando medidas como o desmonte do Ministério da Cultura e a suspensão de repasses do Fundo Setorial do Audiovisual<sup>6</sup>, o que nos faz reconsiderar a hipótese de que o uso de recursos públicos foi colocado a serviço de uma agenda que deveria ter um filtro ideológico alinhado com os ideais do governo.

Dessa forma, o principal questionamento que fica é sobre quais foram os principais meios utilizados através da Ancine para que um novo tipo de censura se instaurasse no Brasil, ainda que não velada, mas revestida de um caráter autoritário e de controle ideológico. Essa dinâmica, inclusive, é uma prática incongruente com o devido papel do Estado com as políticas culturais, que incluem o audiovisual, e como a liberdade de expressão deve ser gerida em um país que, via de regra, garante o Estado Democrático de Direito.

Com base na hipótese de entender como a política implementada no governo Bolsonaro ajudou a promover um processo de censura institucionalizada na Ancine, o objetivo dessa pesquisa se pautou em construir uma análise e materializar essa hipótese a partir de três marcos teóricos: a censura, o papel do Estado no incentivo à cultura e a burocracia.

## **1. RESULTADOS OBSERVADOS COM A ANCINE PARA O AUDIOVISUAL BRASILEIRO NO PERÍODO PRÉ-BOLSONARO**

### **1.1 Um breve histórico do surgimento da Ancine e os seus primeiros efeitos para o cinema nacional**

Criada no dia 06 de setembro de 2001, por meio da Medida Provisória MP nº 2.228-1, a Ancine nasceu com o objetivo de desenvolver o cinema brasileiro, em substituição a Embrafilme, que atuava mais diretamente no fomento à produção e distribuição de filmes nacionais.

Em contrapartida, a Ancine surgiu com a premissa de ser uma agência reguladora, que busca garantir melhores condições para toda a cadeia produtiva audiovisual de maneira

---

<sup>6</sup><https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/em-ofensiva-contra-ancine-bolsonaro-corta-43-de-fundo-do-audiovisual.shtml>

sistêmica e com um viés mais industrial, ou seja, articulando a produção, distribuição e exibição do mercado.

Por mais que tivessem diferenças significativas em sua atuação, ambas instituições representavam a ideia de que o Estado brasileiro tinha responsabilidade e obrigações com a cultura e o audiovisual, conforme o que diz o artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que afirma que *"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais"*<sup>7</sup>

Diante desse contexto, a Ancine é criada com uma missão até então deixada de lado pela lógica neoliberal que imperava desde o início dos anos 1980 na indústria cultural, que era a de proteger e expandir as expressões artísticas e culturais dos povos, em um cenário de capitalismo cada vez mais globalizado. Antes disso, a Embrafilme já vinha sentindo esses efeitos, em um declínio que incluía uma série de fatores internacionais que prejudicou a estrutura de produção cinematográfica nacional, como a crise mundial do petróleo, que afetou o potencial de investimento do Estado, o mercado de home vídeo, que afastou o público das salas de cinema e a ofensiva das majors americanas no mercado latino, representadas pela Motion Pictures Association of America (MPAA), associado ao aumento no valor dos ingressos, já em um contexto de tomada do circuito exibidor pelo sistema Multiplex (SANTOS DE MORAIS, p.60, 2020).

Com a extinção da Embrafilme, o Brasil não tinha uma contrapartida política para substituí-la. Duas ferramentas muito importantes foram criadas para compensar a inoperância da indústria cinematográfica brasileira, até então totalmente atrelada aos interesses do mercado: a Lei Rouanet, em 1991, e a Lei do Audiovisual, em 1993. Ambas políticas foram muito importantes para dar o impulso que o cinema nacional precisava, pois garantia que as empresas produtoras de filmes pudessem captar recursos com empresas privadas, que teriam isenção de impostos ao investirem em produções nacionais.

Com o surgimento dessas leis, uma nova onda de crescimento tomou conta dos filmes brasileiros que, apesar de tímida, gerou uma sensação de entusiasmo em relação ao início da década de 90. Esse período ficou conhecido como "a retomada do cinema brasileiro" e teve

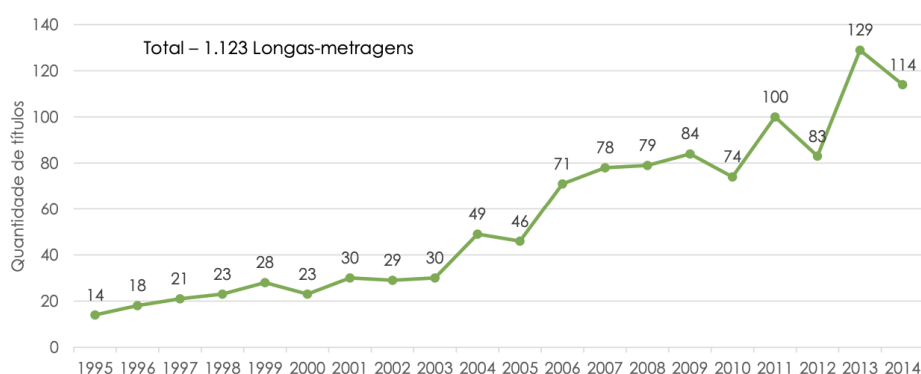
---

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>

como uma de suas principais experiências positivas o sucesso do filme Carlota Joaquina, que levou mais de 1,5 milhão de espectadores para as salas de cinema (CAMPOS, 2005).

Após esse período de euforia, o cinema brasileiro voltaria a enfrentar um certo esgotamento desse modelo de financiamento, abrindo margem para a criação da Ancine e a volta de importantes índices de crescimento.

**Gráfico 1 - Série histórica - Longas-metragens brasileiros lançados - 1995-2014**



Fonte: SADIS (ANCINE), Filme B, SEDCMRJ e Empresas Distribuidoras

## 1.2 Um panorama da política pública do audiovisual brasileiro até 2018

Ao surgir como uma agência reguladora, a Ancine passou a ter como foco primário a sua estruturação interna, formando seus primeiros quadros técnicos e assumindo a responsabilidade principal de implementar políticas públicas para o audiovisual que valorizassem o estímulo à diversidade e a pluralidade das produções a serem consumidas pelo público brasileiro (ANCINE, 2017).

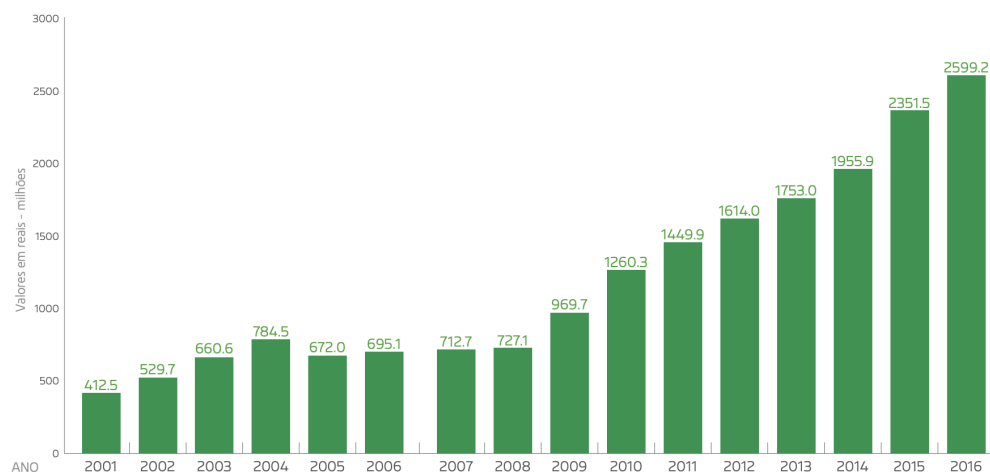
Essa forma de atuação estatal foi fundamental para reforçar a importância de se investir na cultura, se apoiando em elementos ligados a condução do audiovisual no Brasil, como a expansão de mercado, consolidação de políticas de atuação para além da produção cinematográfica clássica, mudança de comportamento de consumo do brasileiro com obras audiovisuais e inclusão de recursos para regiões fora do eixo Rio - São Paulo, onde está concentrada a maior parte da economia do setor.

Ao fim de 2016, a Ancine estava em um processo de franca expansão quanto ao mercado interno de cinema. Números expressivos mostraram que a arrecadação com



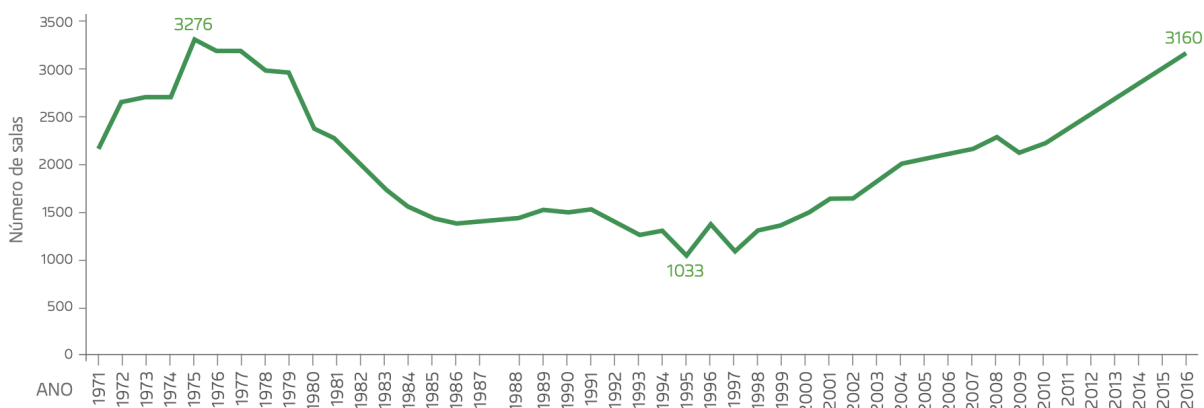
bilheteria e a expansão de salas de cinema aumentaram consideravelmente ao longo da última década, como podemos ver nos dois gráficos a seguir:

**Gráfico 2 - Renda total em salas de cinema (2001 - 2016)**



Fonte: Ancine

**Gráfico 3 - Número de salas de cinema (1971-2016)**



Fontes: Sistema de Registro - ANCINE, Sistema de Acompanhamento da Distribuição em Salas de Exibição (SADIS), IBGE, Filme B e outras fontes secundárias.  
\* Até 2005, dados Filme B. A partir de 2006, dados compilados pela ANCINE/SAM.

Fonte: ANCINE, Sistema de Acompanhamento da Distribuição em Salas de Exibição (SADIS), IBGE, Filme B e outras fontes secundárias.

Através dos dados desses dois gráficos, percebemos que a política voltada para o mercado audiovisual brasileiro estava avançando consideravelmente, apoiada por marcos

regulatórios que contribuíram para um mercado mais organizado e com maior proximidade e acesso do público.

Esses marcos regulatórios foram criados na última década e as suas aplicabilidades trouxeram uma série de efeitos positivos para o setor como a garantia de produções nacionais nos diversos segmentos de mercado com a criação da Ancine e a reformulação da Condecine, um imposto que serve como fonte de receita para a condução da política audiovisual através do Fundo Setorial do Audiovisual, operado para aplicar recursos desse imposto na produção, distribuição, comercialização e exibição de toda a cadeia produtiva do audiovisual brasileiro (ANCINE, 2017).

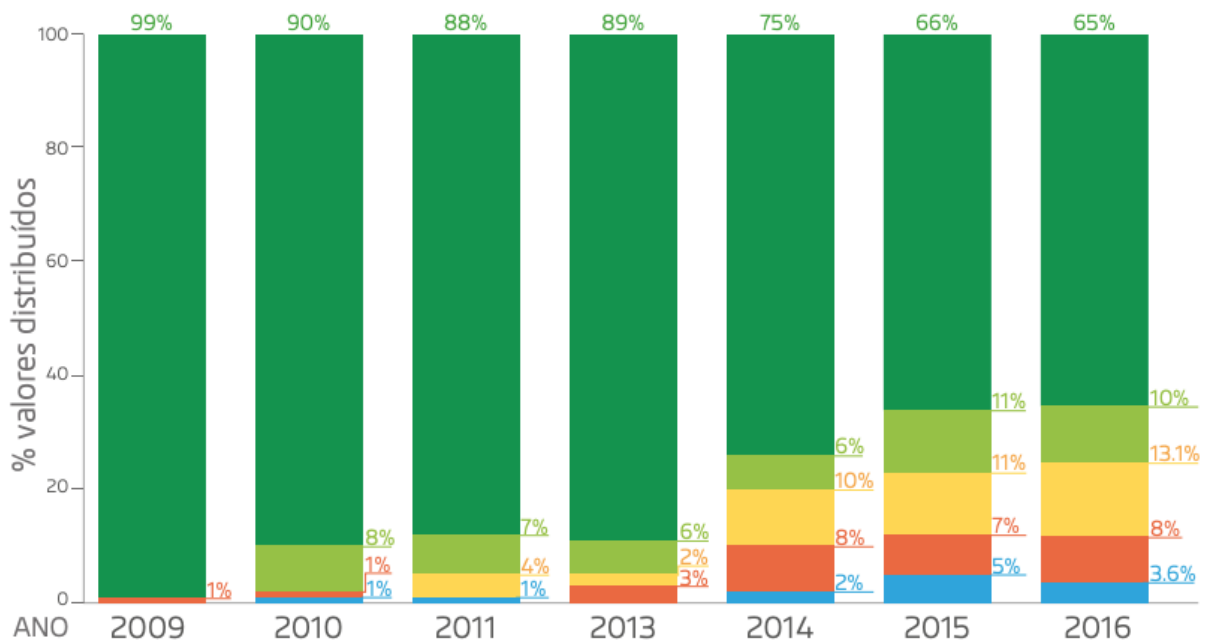
Como principal fonte para o financiamento de atividades audiovisuais, o Fundo Setorial do Audiovisual também apresentou resultados expressivos nas últimas décadas, reforçando a tese de que a gestão por parte do Estado deve promover projetos voltados para atividades audiovisuais.

**Gráfico 4 - Valores totais de investimento FSA - em milhões de reais - (2003-2015)**

<b>ANO</b>	<b>FSA (investimento)</b>
2003	-
2004	-
2005	-
2006	-
2007	-
2008	-
2009	29.4
2010	84.6
2011	92.3
2012	20.6
2013	238.1
2014	422.28
2015	441.1

Fonte: ANCINE (Secretaria de Políticas de Financiamento - SEF/ Superintendência de Fomento - SFO / Superintendência de Desenvolvimento Econômico - SDE / Assessoria Internacional - AIN / Relatório de Gestão ANCINE).

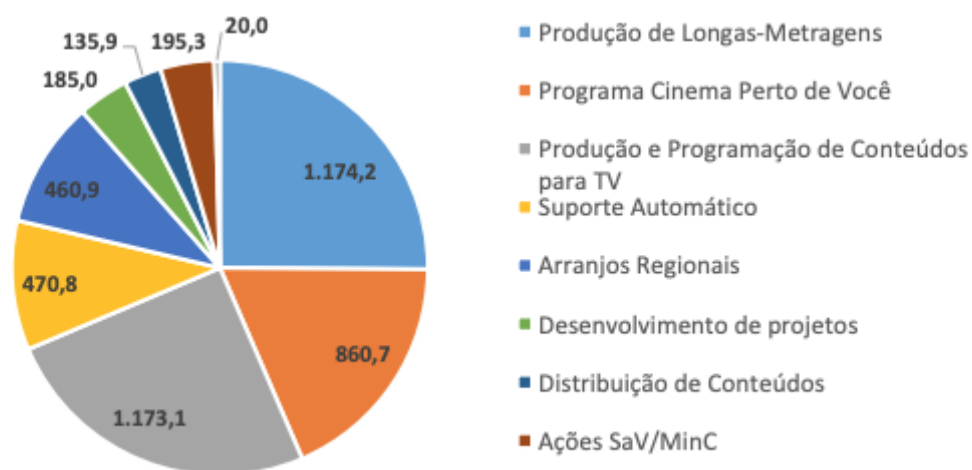
**Gráfico 5 - Distribuição de recursos oriundos do Fundo Setorial do Audiovisual por região**



Verde escuro - Sudeste, Verde claro - Sul, Amarelo - Nordeste, Laranja - Centro-Oeste, Azul - Norte

Fonte: Ancine

**Gráfico 6 - Distribuição dos recursos utilizados pelo FSA - por objeto financiado (R\$ milhões)**

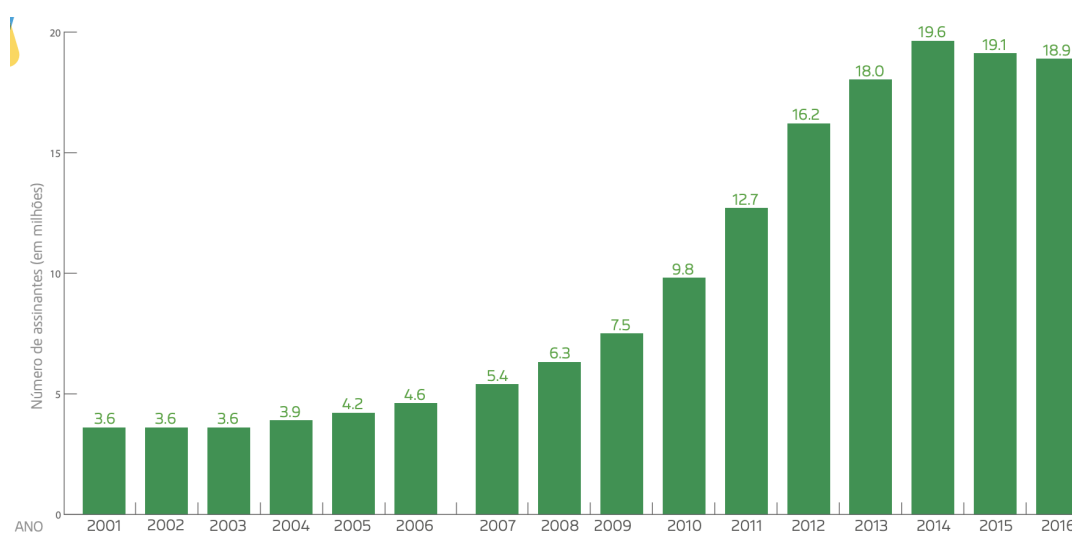


Fonte: Ancine, 2019

Nesse período, também ocorreu a instauração da Lei da TV Paga, criada para estimular a competição no setor, gerando uma demanda por conteúdos brasileiros através da criação de cotas de conteúdos nacionais e, por fim, os programas Cinema Perto de Você, Cinema na Cidade e Recine, que serviram para ampliar a oferta de exibição de filmes em

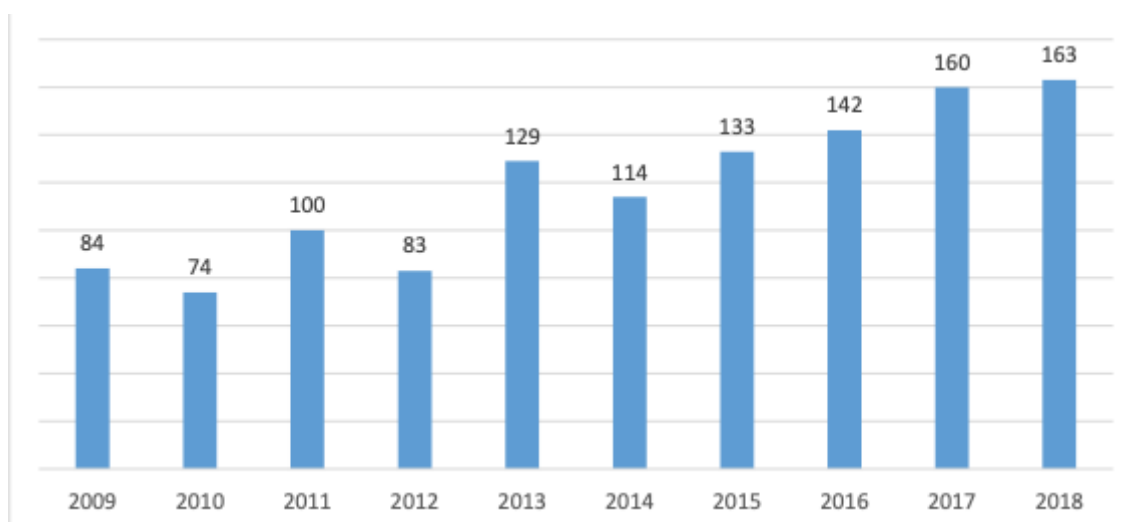
território nacional (ANCINE, 2017).

**Gráfico 7 - Evolução da base de assinantes da TV paga (2001 - 2016)**



Fonte: Ancine

**Gráfico 8 - Quantidade de lançamentos de filmes brasileiros**



Fonte: Ancine

A partir desses números, observamos que a política adotada pelos governos até 2018 era orientada para a manutenção de mecanismos cada vez mais sólidos para que a política de audiovisual estivesse cada vez mais alinhada com a expansão de mercado por todo território nacional, favorecendo todos os agentes da cadeia produtiva até o consumidor final.

## 2. A ANCINE SOB O GOVERNO BOLSONARO

A partir de 2013, o Brasil começou a passar por um período de instabilidade política que mudou as bases de muitos quadros institucionais e o funcionamento da nossa democracia. Desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff, passando pelo governo Temer, até a ascensão de Bolsonaro à presidência e, junto dele, o fenômeno do Bolsonarismo, presenciamos um momento que veio a ser chamado de "onda conservadora na América Latina" (INGRID GABRIELA VIEIRA DE MORAES, MARCIA OLIVEIRA E LEONARDO ESTEVES, 2022).

Diante dessa conjuntura política que evidenciou mudanças estruturais no controle do regime democrático existente, alguns órgãos foram especialmente instrumentalizados para atuarem de acordo com o discurso do governo. O caso mais emblemático foi a Ancine, que foi palco de uma disputa por sua hegemonia, alimentada de um lado pela retórica bolsonarista e seus propósitos ideológicos, que afirmavam que a agência passaria por avaliações e que "*se não puder ter filtro, nós extinguiremos a Ancine*" (G1, 2019), e de outro por uma intensiva burocratização do seu funcionamento como reguladora e fiscalizadora da indústria cinematográfica e videofonográfica.

O início de sua gestão frente a Ancine ficou marcado, primeiramente, pela atuação do Tribunal de Contas da União em pressionar a Ancine a mudar seu processo de prestação de contas que supostamente apresentava falhas e falta de transparência. Essa medida ocasionou a suspensão de repasses de recursos do Fundo Setorial do Audiovisual para projetos aprovados, alguns inclusive em processo de produção. Como uma das primeiras medidas do governo Bolsonaro, já serviu como diagnóstico para entender o que seria a política voltada para o cinema e como poderiam seguir os seguintes retrocessos, mais a frente, baseado na tensão e na disputa pelo controle dos rumos da agência no cumprimento do seu papel.

Apesar de ser acusada disso em sua prestação de contas, a Ancine sob o governo Bolsonaro foi tomada pela falta de transparência, a começar pela não alimentação de sua base de dados, impedindo qualquer acesso ou análise sobre o controle de suas atividades. Com forte pressão da Aspac (Associação dos Servidores Públicos da Ancine) sobre a Controladoria Geral da União, o setor conseguiu uma resposta, por meio da Lei de Acesso à Informação, sobre dados fundamentais que ajudam a avaliar a eficiência de políticas públicas. Uma delas é

o valor adicionado pelo audiovisual ao PIB, na qual não se obtêm dados desde 2020 (GRÁFICO 9).

### Gráfico 9 - Valor adicionado pelo audiovisual (PIB do audiovisual) (R\$)

Indicador	Dados Econômicos				
	2017	2018	2019	2020	2021
PIB (R\$) <sup>1</sup>	6,5 trilhões	7 trilhões	7,3 trilhões	7,4 trilhões	8,6 trilhões
Valor Adicionado pelo audiovisual (PIB do audiovisual) (R\$)	26 bilhões	26,7 bilhões	27,5 bilhões	ND	ND

Fonte: ANCINE. 1. Banco Central do Brasil - em R\$ correntes; 2. Ministério do Trabalho e Previdência Social; 3. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - Dólar comercial para compra: taxa média anual. 4. Apenas registros de Pessoas Jurídicas, deferidos em cada ano.

Para além desse dado primário, a Ancine ainda manteve sob sigilo os últimos resultados do Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual entre 2011-2020, ainda que tenha apresentado para o Conselho Superior de Cinema em 2021, impedindo que servidores públicos e o público em geral tenha acesso a dados importantíssimos sobre a saúde do setor audiovisual, além de poder entender como está sendo a efetividade das políticas audiovisuais promovidas pela Ancine (ASPAC, 2022).

Em uma entrevista realizada via Google Meet, o presidente da Aspac, Luiz Henrique Silva Souza, explicou como funcionava essa base de dados para agentes do mercado:

A Ancine sempre manteve o OCA (Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual), que publica dados e estudos sobre o mercado audiovisual brasileiro, e costumava ser a principal fonte de dados para pesquisadores e para agentes do mercado, mas nos últimos anos o OCA foi reduzido a uma função praticamente "vegetativa". A Coordenação responsável pelas publicações e o Conselho Editorial do OCA foram extintos, e a quantidade e qualidade de publicações caíram drasticamente, basta verificar o histórico de publicações do site para ver a queda da quantidade de publicações anuais (LUIZ HENRIQUE SILVA SOUZA, 05/06/2023. Entrevista via Google Meet).

Após muita pressão por parte dos servidores, a partir de outubro de 2022 alguns dados da Ancine foram atualizados em seu site, mostrando uma piora em vários indicadores. De 2018 a 2021, a quantidade de filmes brasileiros lançados em salas de cinema caiu de 182 para 129 e o público total de espectadores caiu de 23,8 milhões para 911 mil. A pandemia pode ser um fator para justificar essa queda de público, como reiterou o governo sempre que podia, no entanto, a partir de 2021 houve uma recuperação no setor, a nível internacional, muito mais acelerada que no Brasil. Isso pode ser explicado pela queda no percentual de público dos filmes brasileiros em relação ao público total, de 14,83% em 2018, para 1,74% em 2021. Enquanto isso, a renda dos filmes brasileiros caiu de R\$ 290 milhões para R\$ 15 milhões (números aproximados) no mesmo período<sup>8</sup>.

Outro ponto sensível que pode ser percebido durante a gestão da Ancine sob o governo Bolsonaro foi o número de salas de exibição espalhadas pelo país. Entre 2019 e 2022, o número de salas caiu de 3.507 para 3.249<sup>9</sup> e a razão para esse número também não se reflete apenas na pandemia. De acordo com o relatório feito pela Aspac e entregue para o Grupo de Transição do atual governo, o perfil da distribuição das salas de cinema mudou consideravelmente sob a antiga gestão, reduzindo em 22,8% o número de salas de cinema de rua, priorizando o funcionamento as salas em shopping centers, com mais de 90% de presença em território nacional. Ainda de acordo com o relatório, os cinemas de rua, criados para garantir o acesso a pequenas e médias cidades do interior ou em áreas periféricas desprovidas de equipamentos culturais, foram abandonados pela política de apoio da Ancine, mais especificamente o Programa Adicional de Renda (PAR), que teve o seu último edital em 2018. O texto da associação ainda diz os pequenos exibidores foram deixados sem qualquer amparo legal, e os recursos do programa Cinema Perto de Você, via Fundo Setorial do Audiovisual e Recine, foram destinados à ampliação e reformas de salas multiplex dentro de shopping centers, contrariando a lei que criou o Programa (12.599/2012) que determina como critério de concessão a *“a descentralização do parque exibidor”* e a *“ampliação do estrato social com acesso ao cinema”*.

A participação de filmes brasileiros em festivais internacionais também caiu muito. Além de ser uma ótima forma de medir o sucesso de políticas audiovisuais, é uma poderosa ferramenta de soft power de um país, divulgando a cultura nacional ao redor do mundo e

---

<sup>8</sup>Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/mercado-audiovisual-brasileiro>>

<sup>9</sup>Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/oca/mercado-audiovisual-brasileiro>>

dando abertura para novas possibilidades de negócios. Em 2022, a participação brasileira em Cannes foi nula pela primeira vez em décadas<sup>10</sup>. No Festival de Berlim, um dos mais importantes do meio do cinema, a participação brasileira caiu de 12 em 2019 (com Marighella, de Wagner Moura, disputando a competição principal) para 6 em 2022<sup>11</sup>.

Todos esses números medíocres do audiovisual brasileiro nos últimos anos são consequência de um desmonte do governo Bolsonaro frente a gestão da cultura e, mais especificamente, ao núcleo de diretores que foram colocados na Ancine (LUIZ HENRIQUE SILVA SOUZA, 05/06/2023. Entrevista via Google Meet).

A importância da divulgação e análise desses dados nos faz perceber que a crise institucional vai além de aspectos técnicos, mas também por uma dinâmica projetada pela falta de apoio público, lobby com setores economicamente poderosos e falta de clareza do governo quanto aos rumos do audiovisual brasileiro, uma iniciativa que pode ser considerada contrária às concepções do Estado Democrático de Direito, visto que não garante o apoio e o incentivo a valorização e difusão de manifestações culturais em um mercado que movimenta uma parcela significativa do PIB brasileiro.

### **3. A CENSURA INSTITUCIONALIZADA POR MEIO DA POLÍTICA AUDIOVISUAL NO GOVERNO BOLSONARO**

Essas ofensivas contra a Ancine foram a marca do governo Bolsonaro durante os seus quatro anos de governo. O tema da censura tomou conta das editorias de cultura de diversos veículos de mídia, da mesma forma que produtores, diretores e artistas do meio que denunciaram as medidas impostas e o discurso do governo

---

<sup>10</sup><https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/de-fora-em-2022-relembre-6-vezes-que-o-brasil-brilhou-em-cannes/>

<sup>11</sup><https://farofafa.com.br/2022/11/21/estudo-mostra-que-bolsonaro-feriu-de-morte-o-cinema/>



<sup>12</sup> Os dados do Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (MOBILE) mostram que durante o período que Bolsonaro ficou no principal cargo do executivo, 263 casos de censura foram identificados, sendo 161 relacionados a área da cultura, 101 sob o critério de manifestação artística e 1 cujo tema era de manifestação cultural <sup>13</sup>. Por mais que nem todos os casos estejam relacionados diretamente à Ancine, esses números mostram que as formas de censura impostas agiram com o intuito de dificultar a atividade de setores estratégicos de um país, como é o cinema, inserido no campo da cultura. Outro ponto que deve ser levado em consideração é uma nova forma de fazer censura, que apesar de diferente da época da ditadura militar durante os anos de chumbo, em que o governo sequestrava as cópias e os negativos dos filmes considerados "subversivos", os destruindo fisicamente <sup>14</sup>, traz uma roupagem técnica, institucional e discursiva, mas na prática se coloca como um controle prévio de conteúdos artísticos e culturais. Essa ofensiva é amparada por uma lógica político-ideológica moralista e conservadora, colocando como os principais adversários do governo artistas e agentes culturais no geral que mantêm uma posição política bem definida e que também trazem isso em suas obras, como foi o caso de Wagner Moura, ao dirigir o filme *Marighella* e ser um dos principais críticos a censura do governo <sup>15</sup>.

Entre os casos mais emblemáticos de censura direta ou indireta por parte do governo, tivemos a já mencionada censura a "*Marighella*", que só pode ter a sua estreia no Brasil mais de dois anos após a sua estreia internacional; o encerramento do Programa de Apoio a Obras Brasileiras em Festivais Internacionais, cortando o financiamento a obras com temáticas LGBT e racial em festivais de Portugal <sup>16</sup>; corte de apoio financeiro para concorrer ao Oscar do filme "*A vida invisível*", além da sua exibição proibida para servidores da agência <sup>17</sup>; não divulgação do filme "*Torre das Donzelas*" no site da Ancine, um documentário sobre presas políticas da ditadura (incluindo Dilma Rousseff), quebrando uma tradição de divulgar todos

---

<sup>12</sup><https://www.cartacapital.com.br/politica/em-paris-artistas-brasileiros-denunciam-censura-do-governo-bolsonaro/>

<sup>13</sup>[https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura/?\\_sft\\_ano=2019,2020,2021,2022&\\_sft\\_categoria-geral=cultura,manifestacao-artistica,manifestacao-cultural](https://movimentomobile.org.br/mapa-da-censura/?_sft_ano=2019,2020,2021,2022&_sft_categoria-geral=cultura,manifestacao-artistica,manifestacao-cultural)

<sup>14</sup><https://www.institutoclaro.org.br/educacao/nossas-novidades/opinioao/a-ditadura-militar-e-a-censura-no-cinema/>

<sup>15</sup><https://natelinha.uol.com.br/natelona/2021/11/02/wagner-moura-acusa-governo-bolsonaro-de-censurar-marighella-172071.php>

<sup>16</sup><https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2019/09/16/ancine-corta-apoio-financeiro-para-brasileiros-divulgarem-filmes-em-11-festivais-internacionais.ghtml>

<sup>17</sup><https://www.cartacapital.com.br/sociedade/diretor-de-a-vida-invisivel-critica-censura-a-filme-politica-covarde/>

os filmes brasileiros em seu site <sup>18</sup>; encerramento de todos os editais que a Ancine mantinha de coprodução internacional com diversos países após a divulgação de censura de filme sobre torturadores da ditadura Pinochet, selecionado pelo edital Brasil-Chile <sup>19</sup>.

Como se pode perceber é um método extremamente perverso de censura, porque para evitar responsabilização por ações judiciais a agência resolveu encerrar os próprios programas de políticas públicas, prejudicando não só as obras diretamente censuradas mas toda a cadeia audiovisual do país (LUIZ HENRIQUE SILVA SOUZA, 05/06/2023. Entrevista via Google Meet).

Diante desses casos, podemos ver que além de um ataque no campo ideológico, a máquina pública foi utilizada para instrumentalizar a censura na Ancine, atingindo o seu funcionamento por dentro e impossibilitando a ampliação de políticas públicas consolidadas. Essa prática pode ser mensurada em dois pilares fundamentais para o funcionamento da agência: o FSA (Fundo Setorial do Audiovisual) e a Condecine.

### **3.1 FSA (Fundo Setorial do Audiovisual) entre 2019 e 2022:**

Ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro, o Fundo Setorial do Audiovisual foi altamente prejudicado quanto às suas contratações e lançamento de novos editais. A principal justificativa por parte da diretoria foi a determinação do Tribunal de Contas da União que em 2019 apontou falhas na metodologia na prestação de contas da agência, com um passivo de mais de 4 mil prestações de contas para serem analisadas.

---

<sup>18</sup><https://movimentomobile.org.br/caso/ancine-retira-cartazes-de-filmes-brasileiros-das-paredes-de-sua-sede/>

<sup>19</sup><https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/ancine-nao-liberou-ate-agora-recursos-para-filme-sobre-torturadores-na-ditadura-de-pinochet.html>

Essa decisão do TCU foi usada pelos diretores da Ancine para a tomada de decisões na gestão interna e mudanças no FSA, mas a partir de 2020 essa narrativa começou a ser questionada pelo próprio TCU<sup>20</sup>. A contradição se deu pelo fato de que se a razão da paralisação do FSA aconteceu para organizar a prestação de contas da agência, o resultado foi quase imperceptível, uma vez que os passivos diminuíram de 4.163 para 4.089, uma diminuição de 1,7%. Tudo isso para que uma das principais políticas do audiovisual nacional ficasse quase que totalmente paralisada. Esse desencadeamento levou o Ministério Público Federal a processar os diretores da agência Alex Braga Muniz e Vinicius Clay por improbidade administrativa.

Só em 2022 que a Ancine aprovou o lançamento de novos editais do FSA, na casa dos R\$ 650 milhões em investimentos<sup>21</sup>, no entanto, o formato foi mudado por completo, abrindo mão de parcerias com secretarias estaduais e municipais e outros países investindo nas chamadas públicas, indo contra um dos princípios mais sólidos do FSA que é a regionalização e interiorização da produção audiovisual.

Além disso, ao abrir mão dessas parcerias, a própria Ancine assumiu o total controle de escolha sobre os projetos contemplados pelo edital, selecionando comissões mistas compostas por pareceristas internos e externos, com estes últimos tendo papel voluntário e sem receber remuneração<sup>22</sup>, o que causou um estranhamento por parte de técnicos pareceristas que realizam um trabalho que exige um nível profissional qualificado.

### **3.2 Condecine ameaçada**

Como principal fonte de recursos do FSA, a Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) ajudou a movimentar a indústria audiovisual nacional, movimentando bilhões para a economia do país e gerando milhares de empregos. Sua continuidade foi colocada em risco quando, no fim de agosto de 2022, o Ministério da Economia enviou uma proposta ao Congresso Nacional de um projeto de lei orçamentária que previa a extinção da Condecine como "benefício tributário" às teles. O

---

<sup>20</sup><https://telaviva.com.br/21/05/2020/tcu-investiga-se-irregularidades-levaram-a-paralisacao-de-politicas-de-fomento/>

<sup>21</sup><https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/07/senado-aprova-para-a-ancine-dois-diretores-acusados-de-improbidade-administrativa.shtml>

<sup>22</sup><https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/09/servidores-da-ancine-questionam-por-que-orgao-nao-paga-pareceristas.shtml>

Sinditelebrasil questionou a constitucionalidade da proposta através da 7ª Turma do TRF-1, conseguindo um parecer favorável.

Após o julgamento, a Ancine não protocolou nenhuma manifestação contrária, tampouco a Procuradoria Federal da agência compareceu ao julgamento. Com a Condecine ameaçada constantemente, a postura da diretoria da Ancine foi de completo silêncio, sem se preocupar com a defesa técnica desse relevante imposto para o cinema brasileiro. Essa postura é compreensível se considerarmos que em 2020 a Ancine interrompeu a cobrança da Condecine-Título, responsável por 20% dos recursos do FSA.

A proposta de fim da Condecine foi mais uma etapa de um ciclo de desmonte do cinema brasileiro e das atividades da Ancine.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Fica evidente, diante de todos esses apontamentos levantados ao longo do artigo, que a gestão interna da Ancine sob o governo Bolsonaro foi marcada pela falta de transparência, falta de diálogo com servidores e setores da sociedade civil e pelo autoritarismo com aspectos de censura bastante marcados. As denúncias de censura começaram desde o início de seu mandato, corroboradas internamente pelo então Secretário Nacional de Cultura, Henrique Pires, além de obras censuradas e a falta de continuidade de políticas públicas importantes para manter a saúde do setor.

Durante os seus quatro anos de mandato, Bolsonaro mostrou que a cultura cinematográfica pode ser uma ameaça para as decisões e a imagem de um governo conservador, sucateando órgãos para a manifestação da cultura e da memória do país.

Faz-se necessário analisar os impactos materiais que tais medidas implementadas causaram para o setor e como reverter esse desmantelamento que a Ancine sofreu nesses últimos anos, para que a mesma volte a cumprir o seu devido papel de garantir um cinema plural, abrangente e que valorize a imagem do Brasil, internamente e para o mundo.

**Referências bibliográficas:**

CANELAS RUBIM, Antonio Albino, TAVARES, Marcio. Cultura e Política no Brasil Atual. Fundação Perseu Abramo, 2021.

COSTA, Maria Cristina Castilho, JUNIOR, Walter de Sousa. Censura e pós-censura: uma síntese sobre as formas clássicas e atuais de controle da produção artística nacional. Junho de 2018.

DAMASCENO, Vitória Costa. Desequilíbrio entre funções do Estado Regulador: a paralisação do fomento ao setor audiovisual em 2018. Revista de Direito Setorial e Regulatório. v7. n2. p 103-117. Outubro de 2021.

DUMAS, Caroline, VASCONCELOS, Fernanda Pimenta. Impacto das Guerras Culturais no Financiamento à Cultura. Encontro de estudos multidisciplinares em cultura. Julho de 2021.

SOUZA, Isabela, BRANDÃO, Rebeca. Política e cultura no governo Bolsonaro: quais disputas estão em xeque?. Fundação Heinrich Böll. Abril, 2021.

VIEIRA DE MORAES, Ingrid Gabriela, OLIVEIRA, Marcia, ESTEVES, Leonardo. Nuances do desmonte institucional do cinema brasileiro pela política bolsonarista. Revista Livre de Cinema, v.9, n.2, p.70 - 99, abr -jun, 2022.

IKEDA, Gil Marcelo. As leis de incentivo e a política cinematográfica no Brasil a partir da "retomada". Revista Eptic, vol. 17, nº 3, setembro-dezembro 2015.

IKEDA, Marcelo. O papel da Ancine nas políticas públicas para o audiovisual brasileiro. Extraprensa - Cultura e Comunicação na América-Latina.

MORAIS DE SANTOS, Katia. Do apogeu à crise da política audiovisual brasileira contemporânea. Revista Latinoamericana de Comunicación N.º 142, diciembre 2019 - marzo 2020 (Sección Monográfico, pp. 57-74).

ZEINE, Leonardo, MINKOVICIUS, Guinle. A Cinematografia Brasileira no Período Ancine: uma análise a partir do IMDB. Fevereiro, 2020

ANCINE. Uma nova política para o audiovisual: Agência Nacional do Cinema, os primeiros 15 anos. 1ª edição, maio/2017 Rio de Janeiro, Agência Nacional do Cinema, 2017. Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/livros/ancine-15-anos-web-final-em-baixa2.pdf>>

ANCINE. Panorama do Setor Audiovisual Brasileiro. Setembro, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/ancine/pt-br/assuntos/noticias/ancine-apresenta-panorama-do-setor-audio-visual-brasileiro-para-o-conselho-superior-do-cinema/apresentaoCSCPanoramadoSetorAudiovisual.pdf>>

<https://memoriasdaditadura.org.br/cinema/>

<http://www.mnemocine.com.br/>

<https://movimentomobile.org.br/>